

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** DF000562/2025  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 14/08/2025  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR048476/2025  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 19964.211040/2025-81  
**DATA DO PROTOCOLO:** 14/08/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND. DAS EMPR.DE REPR. DOS AGENTES COMERCIAIS DISTRIBUIDORES, REPR E AGENTES COMERCIAIS AUTONOMOS DO DIST. FEDERAL, CNPJ n. 00.326.660/0001-67, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). WILIAM VICENTE BERNARDES;

E

SINDICATO DOS EMPREGADOS, VENDEDORES E VIAJANTES, PROPAGANDISTAS, DO COMERCIO, DA INDUSTRIA, DO ATACADO, DO VAREJO E DE CONSORCIOS DO D.F, CNPJ n. 00.449.181/0001-38, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARIA APARECIDA ALVES LOPES;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de setembro de 2025 a 31 de agosto de 2026 e a data-base da categoria em 01º de setembro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Econômica Empresas de Representações, dos Agentes Comerciais Distribuidores, Representantes e Agentes Comerciais Autônomos. - Profissional dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio, Propagandistas, Propagandistas -Vendedores e Vendedores de Produtos Farmacêuticos, do Plano da CNTC**, com abrangência territorial em DF.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO FIXO**

Fica assegurado aos integrantes da categoria profissional, inclusive promotores, demonstradores e repositores de vendas, a partir de 1º de setembro de 2025, um salário fixo correspondente a **R\$ 1.626,71** (mil, seiscentos e vinte e seis reais e setenta um centavos) mensais, resultante do aumento de **4,72% (quatro vírgula setenta e dois por cento)** do valor fixado na convenção do ano anterior, independentemente do salário comissional que lhes for pago, não podendo ser confundido com as retiradas relativas à comissões ou prêmios.

**REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS****CLÁUSULA QUARTA - CARREÇÃO SALARIAL**

Os empregadores integrantes das categorias econômicas representadas pelas entidades convenentes, concederão aos seus empregados a partir de 1º de setembro de 2025, reajuste salarial no percentual de **4,72% (quatro vírgula setenta e dois por cento)**, incidente sobre o salário de setembro, outubro e novembro de 2025, como resultado de negociação coletiva para recomposição dos salários conforme a legislação vigente.

**PARÁGRAFO 1º:** Igual percentual de correção incidirá sobre os salários – tarefas, isto é, representados por quantia fixa, duplicata ou por outro título de crédito cobrado.

**PARÁGRAFO 2º:** A correção atingirá toda a categoria profissional diferenciada no Distrito Federal, inclusive os admitidos após a data-base, que será calculada na proporção de 1/12 (um doze) avos por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias, nos termos da lei vigente.

**PARÁGRAFO 3º:** As empresas que, na data da assinatura desta convenção, já tiverem efetuado o pagamento nos meses de setembro, outubro e novembro, pagarão, no mês em curso a diferença referente ao reajuste.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUINTA - GARANTIA DE PAGAMENTO

As empresas garantirão o pagamento do salário dos seus empregados eleitos para direção do Sindicato, limitados a 02 (dois) empregados por empresa.

### CLÁUSULA SEXTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas fornecerão comprovante de pagamento mensal, discriminando as parcelas pagas e descontos efetuados, inclusive para o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), com a correspondente identificação, bem como a posição da conta vinculada do FGTS, uma vez por ano.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTO DE CHEQUES/INADIMPLENTES

As empresas se obrigarão a dispor de meios para efetuar cobrança de clientes inadimplentes, não podendo transferir tais responsabilidades ao profissional de vendas.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A empresa que autorizar a venda a clientes não cadastrados e/ou inadimplentes, assumirá os riscos da operação.

## DESCONTOS SALARIAIS

### CLÁUSULA OITAVA - DESCONTO DE SALÁRIO

Fica vedado qualquer desconto no salário do empregado, salvo nas hipóteses previstas no art. 462, da CLT e seus parágrafos, inclusive dos que trabalham com vasilhames.

### CLÁUSULA NONA - DESCONTO ASSISTENCIAL

As empresas mediante autorização individual, prévia e expressa, procederão o desconto assistencial, correspondente a um dia de trabalho de cada membro da categoria profissional associado ou não, baseado no salário do mês de setembro de 2025, incluindo-se partes fixas e comissionadas do salário, **em favor do Sindicato Laboral**, importância esta a ser recolhida pela empresa **até o dia 10 de dezembro de 2025**, com acréscimo de 2%

(dois por cento) em caso de atraso, mediante depósito/transferência bancária, na **conta corrente nº 1377-9, agência nº 0002, Caixa Econômica Federal – CEF, de titularidade do SEMPREVIAJAVEND.**

**PARÁGRAFO 1º:** O desconto de que se trata esta cláusula foi autorizado pelos integrantes da categoria profissional em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em **04 de julho de 2025** a se destinar à capacitação e qualificação profissional de seus associados e/ou integrantes da categoria, desenvolvimento e lazer, aprimoramento da assessoria técnica e assistencial da referida entidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA DOS EMPREGADORES**

Conforme deliberação da Assembleia do SINDERCOM-DF e de acordo com o disposto no art. 8º, incisos III e IV, da Constituição Federal, as empresas integrantes desta categoria, assim como os trabalhadores autônomos, filiados ao sindicato respectivo, recolherão, anualmente, em favor do convenente, seu representante, mediante guia a ser fornecida ou retirada no site da Fecomércio-DF ([www.fecomerciodf.com.br](http://www.fecomerciodf.com.br)), **CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA**, no valor de **R\$ 30,00** (trinta reais) com pagamento referente ao **exercício 2025**, a ser efetuado **até 28/02/2026**.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O atraso no pagamento da contribuição supramencionada, acarretará a incidência de multa de **2%** (dois por cento) do valor da contribuição, bem como em correção monetária a ser calculada pela média dos índices do INPC/IBGE e IGPM/FGV.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

A presente cláusula é inserida neste instrumento em atendimento ao disposto na Resolução da Confederação Nacional do Comércio – CNC, CR/CNC Nº 047/2019, aprovada em seu Conselho de Representantes em 09 de maio de 2019; art. 7º, XXVI e 8º, incisos II, IV e VI da Constituição Federal de 1988; art. 513, alínea “e”, da CLT; Notas Técnicas nº 2 e 3, da CONALIS (Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical do Ministério Público do Trabalho), bem como o previsto no Estatuto; Assembleia Geral Extraordinária do SINDERCOM/DF, quando se aprovou e autorizou a cobrança da CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL de todas as empresas representadas pela entidade patronal convenente, assim como autônomo, e, portanto, destinatários da presente Convenção Coletiva de Trabalho, obrigam-se a recolher **até o dia 28/02/2026**, o valor de **R\$ 100,00** (cem reais), em *parcela única*, em favor do Sindicato patronal convenente, mediante guia a ser fornecida, como **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**, para fazer face aos recursos necessários para a assinatura da presente CCT e para assistência para todos, conforme estabelecido abaixo:

**PARÁGRAFO 1º:** Todas as empresas e trabalhadores autônomos representados pela entidade patronal convenente, obrigam-se ao pagamento da CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL, criada com força de lei, conforme *caput* do artigo 611 A da CLT, uma vez que beneficiários diretos do presente instrumento coletivo.

**PARÁGRAFO 2º:** O recolhimento deve ser feito por estabelecimento/unidade/CNPJ, ou seja, as empresas que possuem vários estabelecimentos na base de representação devem efetuar o recolhimento da contribuição assistencial, tanto da matriz, quanto das filiais.

**PARÁGRAFO 3º:** O recolhimento da CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL será feito através de boleto bancário que será enviado ao representado via e-mail (ou outra forma deliberada pelo SINDERCOM/DF).

**PARÁGRAFO 4º:** Expirado o prazo mencionado no parágrafo anterior sem o pagamento, incidir-se-á multa de **2%** e juros *pro rata die* de **1%** ao mês.

**PARÁGRAFO 5º:** As empresas constituídas após a assinatura da presente Convenção, recolherão a CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL até o **dia 30** do mês subsequente à abertura do estabelecimento.

**PARÁGRAFO 6º:** A empresa ou trabalhador autônomo, poderão apresentar pessoalmente, na sede da entidade sindical patronal ou por e-mail (sindercomdf@gmail.com), com identificação documental, **a sua expressa OPOSIÇÃO** à cobrança aludida contribuição (ASSISTENCIAL PATRONAL), **até o dia 08/02/2026** (20 dias antes do vencimento), sob pena de aceitação.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO**

Os empregadores comprometem-se a descontar em folha de pagamento, mediante a comunicação do Sindicato, as mensalidades sociais dos sócios da Entidade desde que autorizados previamente e expressamente, obrigando-se ainda a recolher aos cofres do Sindicato até o décimo dia após a efetivação do desconto.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESTITUIÇÃO/DIMINUIÇÃO DO SALÁRIO**

No caso de trabalho extraordinário, as 02 (duas) primeiras horas serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento), e as subsequentes, com adicional de 100% (cem por cento), salvo compensação.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ADICIONAL PELA JORNADA DE TRABALHO**

No caso de trabalho extraordinário, as 02 (duas) primeiras horas serão remuneradas com adicional de 50% (cinquenta por cento), e as subsequentes, com adicional de 100% (cem por cento), salvo compensação.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As partes convencionam que não haverá labor aos domingos.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ADICIONAL POR QUINQUÊNIO**

A cada cinco anos completos de efetiva prestação de serviço na mesma empresa, durante a vigência desta avença, fica garantido, mensalmente, um adicional de 5% (cinco por cento) sobre seu salário-base, a título de QUINQUÊNIO a ser pago pelo empregador, durante a vigência da presente Convenção Coletiva, sem integração ao salário.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A cada três anos completos de efetiva prestação de serviço na mesma empresa, durante a vigência desta avença, fica garantido, mensalmente, um adicional de 5% (cinco por cento) sobre seu salário-base, a título de TRIÊNIO a ser pago pelo empregador, durante a vigência da presente Convenção Coletiva, sem integração ao salário.

## **COMISSÕES**

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MÉDIA DE COMISSÕES/PRÊMIOS

Ao efetuar o pagamento do 13º salário, férias, bem como verbas rescisórias, as empresas deverão tomar como base para o cálculo da média, as 10 (dez) maiores comissões e/ou prêmios apurados dentro dos últimos 12 (doze) meses.

## PRÊMIOS

### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PRÊMIO/COTAS DE VENDAS

Se a empresa estabelecer prêmios e/ou cotas de vendas a serem atingidas por seus empregados, deverão fornecer aos mesmos, por escrito, as condições para a obtenção dos prêmios e as quantidades de produtos a serem vendidas.

**PARÁGRAFO 1º:** Sempre que a empresa promover campanhas promocionais, deverá fornecer, por escrito, aos seus profissionais de vendas envolvidos, as regras da referida campanha, os prêmios a serem pagos e suas modalidades.

**PARÁGRAFO 2º:** Para as vendas cujos produtos sejam faturados posteriormente, as comissões serão calculadas sobre o preço constante da fatura.

## AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO

As empresas fornecerão aos seus empregados auxílios-alimentação em dinheiro ou por convênio com empresas administradoras de cartão de vale alimentação, no valor equivalente a **R\$ 30,00**(trinta reais) para cada dia útil do mês, sendo limitado o desconto de até 6% (seis por cento) do valor do benefício.

**PARÁGRAFO 1º:** As empresas que fornecem alimentos e devidamente conveniadas ao Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, ficam desobrigados em fornecer o auxílio-alimentação.

**PARÁGRAFO 2º:** Unicamente a pedido por escrito dos trabalhadores, as empresas poderão flexibilizar o horário de almoço, podendo este ser no mínimo de 30 (trinta) minutos e no máximo 2 (duas) horas.

**PARÁGRAFO 3º:** O auxílio-alimentação pago em dinheiro não possui natureza salarial, ou seja, não integra a base de cálculo para a percepção de verbas trabalhistas.

## AUXÍLIO TRANSPORTE

### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AUXÍLIO TRANSPORTE

Na utilização de veículo próprio do empregado a serviço da empresa, fica assegurado o pagamento por quilômetro rodado na forma acertada entre as partes.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** fica assegurado aos profissionais de vendas que não tenham veículo próprio ou fornecido pelo empregador, o reembolso das despesas de transporte, inclusive de ida e volta para a sua residência.

## AUXÍLIO EDUCAÇÃO

### CLÁUSULA VIGÉSIMA - INCENTIVO À EDUCAÇÃO

O empregado no dia de prova escolar, desde que o horário da prova coincida com o seu horário de trabalho, fica dispensado do serviço pelo tempo necessário, sem prejuízo do salário e do repouso semanal correspondente, devendo para isso, pré-avisar o empregador com 72 (setenta e duas) horas e comprovar a realização da prova em 48 (quarenta e oito) horas.

### CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA POSSIBILIDADE DE ACESSO AOS SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS FACULTATIVAMENTE P

As partes convencionam que todos os abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho poderão ser atendidos pelo SESC/SENAC, fazendo *jus* a todos os benefícios disponibilizados pelas instituições, desde que atendidos os critérios/requisitos de cada beneficiário conforme normas e critérios de habilitação das respectivas entidades.

**PARÁGRAFO 1º:** O Serviço Social do Comércio – SESC, promove atendimento nas áreas de educação, saúde, esporte, alimentação, cultura, ação social, turismo e lazer. Para assegurar os direitos estabelecidos no *caput* desta cláusula, deverão os interessados contatar as instituições parceiras, assim como o sindicato respectivo, para obtenção das orientações acerca das providências necessárias à confecção da credencial/carteirinha que poderão ser emitidas conforme perfil do beneficiário, a saber:

a) Trabalhadores do Comércio de Bens, Serviços e Turismo e seus dependentes até 24 anos;

b) Empresários e seus dependentes na modalidade “Conveniada” para aqueles que são associados aos sindicatos convenentes desta Convenção Coletiva de Trabalho, tanto para empresas de regime de apuração normal como no simples nacional;

c) Público em geral na modalidade “Usuário”;

Demais informações, lista de documentos necessários e credenciamento, podem ser realizados no site: <https://sescdf.com.br> ou SAC 0800-617 617.

**PARÁGRAFO 2º:** O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, promove a capacitação profissional com cursos nos níveis básico, técnico e tecnológico nas áreas de: artes, comércio, comunicação, gestão, idiomas, imagem pessoal, informática, saúde, turismo, hospitalidade e cursos de graduação em diversas áreas e atendimento às empresas de forma customizada, por meio de serviços prestados, parcerias e projetos conforme perfil do beneficiário, a saber:

a) Trabalhadores do Comércio de Bens, Serviços e Turismo;

b) Empresas enquadradas no Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Demais informações lista de documentos necessários e credenciamento, podem ser realizados no site: <https://www.df.senac.br>, telefone (61) 3313-8877 e-mail: [sac@df.senac.br](mailto:sac@df.senac.br).

## **AUXÍLIO MATERNIDADE**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - GARANTIA PROVISÓRIA DE EMPREGO**

A empregada gestante gozará de licença maternidade e estabilidade provisória, com a garantia de emprego e salário, desde a concepção até 4 (quatro) meses após o parto.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DISPENSA POR JUSTA CAUSA**

A empresa comunicará a todo o empregado despedido por justa causa os motivos da sua dispensa, por escrito, se solicitado.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO E PRAZO PARA HOMOLOGAÇÕES**

As empresas poderão homologar as rescisões de contrato de trabalho com mais de 01 (um) ano, no primeiro dia útil a partir da data da cessação de prestação de serviço, no caso de aviso prévio trabalhado, e de 10 (dez) dias, no caso de aviso prévio indenizado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

- a) Recusar-se o empregado a assinar a comunicação prévia da data, hora e local da homologação;
- b) Assinada, deixar de comparecer ao ato;
- c) Comparecendo o empregador, não realizar a homologação por motivos alheios à sua vontade.

**PARÁGRAFO 1º:** Ultrapassado o prazo sem a efetiva formalização da homologação e sem ocorrer as hipóteses referidas nesta cláusula, a empresa arcará com o pagamento dos dias de atraso, calculado sobre a maior remuneração recebida pelo empregado durante a vigência do contrato de trabalho, além de multa diária de 2% (dois por cento) deste valor, inclusive nas rescisões de contrato de trabalho com menos de 01 (um) ano de vigência.

**PARÁGRAFO 2º:** Fica assegurado ao empregado que no decurso do AVISO PRÉVIO TRABALHADO conseguir um novo emprego, a liberação do cumprimento do restante do prazo, sem ônus para as partes.

**PARÁGRAFO 3º:** Na mesma oportunidade será fornecida ao empregado Carta de Referência.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES TRANSFERÊNCIA SETOR/EMPRESA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - GARANTIA DE EMPREGO APÓS TRANSFERÊNCIA**

Assegura-se ao empregado transferido, na forma do art. 469 da CLT, a garantia de emprego por 01 (um) ano após a data de transferência.

### **OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA SEGURANÇA**

Em caso de roubo/assalto que vierem a sofrer os membros da Categoria, as empresas deverão dar conhecimento do fato ao Sindicato Laboral em 24 (vinte e quatro) horas.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO UNIFORME**

As empresas ficam obrigadas ao fornecimento gratuito de uniforme ou roupa especial, desde que o uso seja obrigatório, por exigência das próprias empresas ou dos locais onde os profissionais desempenham suas funções.

**PARÁGRAFO 1º:** Sempre que o empregador exigir o uso de trajes especiais, bem como de maquiagens para o trabalho das profissionais de vendas, ficará obrigada a fornecer gratuitamente às empresas o tipo de vestuário desejado em número suficiente para que lhes permitam a troca diária, bem com a maquiagem exigida.

**PARÁGRAFO 2º:** Fica assegurado às promotoras, demonstradoras, consultoras e repositoras de vendas que exerçam as atividades de pé, meias especiais que ajudem na circulação sanguínea.

**PARÁGRAFO 3º:** As empresas que trabalham com câmaras frias, cujos produtos devam ser conservados a uma temperatura de 10° (dez) graus centígrados, fornecerão para seus empregados equipamentos de proteção individual.

### **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - CAPACITAÇÃO/QUALIFICAÇÃO**

As empresas deverão dar preferência na contratação de profissionais de vendas em que conste nos seus currículos, comprovantes de cursos de capacidade profissional de responsabilidade do Sindicato representante da Categoria.

### **OUTRAS ESTABILIDADES**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA APÓS AS FÉRIAS**

Fica assegurado ao empregado após o retorno de férias, estabilidade provisória de 30 (trinta) dias.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA APÓS ACIDENTE DO TRABALHO**

Fica assegurado ao empregado que se encontrava afastado em decorrência de acidentes de trabalho, estabilidade provisória de 30 (trinta) dias.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - DESPESAS COM VIAGENS**

Para os profissionais de vendas que viajam, será assegurado o reembolso das despesas, inclusive com estadias e despesas extras, que devem ser previamente autorizadas.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DOS ATESTADOS MÉDICOS**

As empresas reconhecerão os atestados médicos emitidos por MÉDICOS, desde que credenciados pelo INSS, exceto quando as empresas oferecerem assistência médica aos seus empregados, ou através de convênio, quando somente serão aceitos os atestados passados por médicos a elas conveniados. As empresas que tenham até 150 (cento e cinquenta) empregados, ficam desobrigadas da contratação de médico do trabalho/coordenador, de acordo com a Portaria nº 08 de 8.5.96 da Secretaria de Saúde do Ministério do Trabalho – S.S.M.T., combinado com a Portaria nº 865/95, do Ministério do Trabalho.

**PARÁGRAFO 1º:** Serão aceitos atestados emitidos por odontologistas nos casos de cirurgia quando ficar atestada a incapacidade de locomoção.

**PARÁGRAFO 2º:** Os atestados ADMISSIONAL, DEMISSIONAL, PERIÓDICO E MUDANÇA DE FUNÇÃO, deverão ser custeados pela empresa conforme prevê a NR – 07 – PCMSO.

**PARAGRAFO 3º:** Os atestados médicos deverão ser entregues nas empresas até 24 (vinte e quatro) horas, contadas da sua emissão, podendo ser enviado pelo empregado, inclusive, no e-mail ou WhatsApp da empresa, ou por terceiros no caso de impossibilidade de este enviar diretamente.

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO ACESSO DE PESSOAS CREDENCIADAS**

As empresas permitirão o acesso de pessoas credenciadas pela Entidade Sindical ao local de trabalho, para procederem a sindicalização dos trabalhadores interessados, mediante comunicação prévia com antecedência mínima de 03 (três) dias e em horário estabelecido pela empresa.

## **COMISSÃO DE FÁBRICA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - COMISSÃO DE EMPREGADOS**

Os integrantes da categoria profissional, associados, formarão comissões, por empresa, com um mínimo de 03 (três) e no máximo 06 (seis) componentes, assistidos por um representante do sindicato laboral, com a finalidade de discutirem interesses específicos junto à unidade empresarial.

**PARÁGRAFO 1º:** Os membros das comissões serão escolhidos pelos empregados das empresas respectivas, por eleição.

**PARÁGRAFO 2º:** As negociações das empresas com seus empregados, por meio de comissões, só terão legitimidade com a presença do Sindicato representante da categoria.

## **ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DOS AVISOS E EDITAIS**

As empresas garantirão ao sindicato a utilização dos quadros de aviso dos locais de trabalho para a fixação de comunicados de interesse da categoria profissional, desde que previamente autorizado pelo representante da empresa.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - BALCÃO DE EMPREGOS**

As empresas poderão recorrer ao balcão de Empregos a ser mantido pelo Sindicato Profissional, que colocará à disposição dela sem qualquer ônus, currículos de profissionais da Categoria que estejam eventualmente desempregados.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DAS INFRAÇÕES E MULTAS**

No caso de infração cometida pelas partes convenientes, de obrigações de fazer, a parte infratora será punida com a multa de 2% (dois por cento) do salário fixo (cláusula segunda), se for a categoria patronal é de 1% (um por cento) se for a categoria laboral, em favor da outra, mediante a simples prova de transgressão.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DA PRORROGAÇÃO**

O processo total ou parcial da presente Convenção, bem como os direitos e deveres dos empregados, são estabelecidos neste instrumento e na legislação em vigor.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ANOTAÇÕES DA CTPS**

O empregador é obrigado a anotar na CTPS o percentual das comissões a que se faz *jus* o empregado.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - MATRIZES EM OUTROS ESTADOS**

As empresas empregadoras com matriz em outros Estados da Federação, garantirão o mesmo salário e vantagens concedidas aos empregados que prestem serviços no Distrito Federal, desde que haja correspondência de função e seja mais favorável ao obreiro.

## CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - CONCILIAÇÃO PRÉVIA INTERSINDICAL

Fica instituída a Comissão de Conciliação Prévia entre o SINDERCOM/DF e o SEMPREVIAJAVEND/DF, de acordo com a Lei nº 9.958/2000, ficando estabelecido, ainda, a forma de assistência de conciliação e mediação como instrumentos de estímulo ao uso de medidas alternativas ágeis de autocomposição e heterocomposição, disponibilizadas aos seus representados, e visando o atendimento do disposto na Constituição Federal, Art. 5º, inciso LXXVIII, e nos artigos 507-B, da CLT, introduzidos pela Lei nº 13.467/2017, à qual funcionará em conformidade com as normas legais de sua regência e dos seus respectivos regulamentos aprovados pelos convenentes.

**PARÁGRAFO 1º:** As entidades convenentes promoverão ações visando o fortalecimento da Comissão de Conciliação Prévia Intersindical – CCPI, conscientizando empregados e empregadores sobre os benefícios da conciliação perante à CCPI, e da assistência na forma de Mediação, conforme for o caso.

**PARÁGRAFO 2º:** O **Termo de Quitação Anual de Obrigações Trabalhistas** previsto no Art. 507-B, da CLT, será firmado com a assistência da Comissão, podendo as partes serem acompanhadas e assistidas por advogados, se for o caso, na forma de Mediação, mediante a apresentação dos documentos necessários à análise e conferência do cumprimento das obrigações trabalhistas pertinentes, conforme previsão no regulamento aprovado pelas entidades convenentes.

**PARÁGRAFO 3º:** Todas as formas de quitação de verbas trabalhistas de que trata esta Cláusula valem entre as partes e seus herdeiros ou sucessores, na forma das normas legais.

**PARÁGRAFO 4º:** Os serviços e assistências previstos nesta cláusula são facultativos aos trabalhadores e empregadores e terão custos na forma do seu respectivo Regulamento, a fim de concorrer para as despesas com o seu funcionamento, considerando a extinção da obrigatoriedade da contribuição sindical, sendo fixado para cada conciliação ou mediação efetuada pelas Entidades Convenentes na CCPI, os seguintes valores das empresas que buscarem a Comissão:

- a) Para associados/filiados em dia com as contribuições, o serviço será gratuito;
- b) Para não associados o equivalente a R\$ 100,00 (cem reais).

**PARÁGRAFO 5º:** As vantagens da opção pelas assistências legais disponibilizadas pelas entidades convenentes na forma desta cláusula, além da rapidez no atendimento e solução cumprindo o art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, utilizando-se de métodos previstos na legislação vigente para a resolução de conflitos, recomendados pelos Tribunais e seus Conselhos, são, ainda, as seguintes:

**I. Na Conciliação:** Termo de Conciliação com eficácia liberatória e geral, salvo parcelas nele escritas como não quitadas e validade de título executivo extrajudicial, conforme Art. 625-E, parágrafo único da CLT c/c decisão do TST/SDI 1;

**II. Na Mediação:** Termo de Quitação Anual na vigência do contrato de trabalho, com eficácia liberatória dada pelo empregado ao empregador, nos termos do art. 507-B, parágrafo único da CLT.

**PARÁGRAFO 6º:** Fica estabelecido que o rateio do custo de manutenção entre as Entidades Convenentes será definido no respectivo Regulamento Interno de cada Comissão de Conciliação Prévia Intersindical.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - HORÁRIO INTERMITENTE**

O SEMPREVIAJAVEND/DF e o SINDERCOM/DF convencionam a autorização para que empresas contratem trabalhadores intermitentes, até o limite de 10% (dez por cento) do seu quadro de funcionários, previstos no artigo 452-A, da Lei 13.467/2017, as quais se obrigam a realizarem o pagamento das parcelas previstas no § 6º, do artigo 452-A, da CLT, referentes a cada período de prestação de serviço, em 5 (cinco) dias úteis contados do último dia de prestação de serviço.

**PARÁGRAFO 1º:** A carga horária mínima para o emprego do trabalho intermitente é de 08 (oito) horas diárias.

**PARÁGRAFO 2º:** Fica convencionado que o trabalhador intermitente não se prestará à substituição definitiva do trabalhador efetivo, bem como não se prestará exclusivamente para cobertura do intervalo intrajornada, devendo o mesmo ser contratado, preponderantemente, para a cobertura de folgas, férias, faltas e plantões que extrapolarem a jornada semanal.

**PARÁGRAFO 3º:** O trabalhador intermitente terá preferência de contratação para preenchimento de vaga efetiva na função na qual foi contratado.

**PARÁGRAFO 4º:** Em consonância com o previsto no § 6º, do artigo 452-A, da CLT, será assegurado ao trabalhador intermitente o recebimento da remuneração, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário proporcional, repouso semanal remunerado, além de auxílio refeição e vale-transporte.

**PARÁGRAFO 5º:** O trabalhador fará *jus* ao piso salarial correspondente ao trabalho efetivamente exercido.

**PARÁGRAFO 6º:** As empresas que optarem pela contratação de profissionais na modalidade de contrato intermitente, deverão encaminhar ao SEMPREVIAJAVEND/DF, uma listagem, a cada 30 (trinta dias), contendo as informações sobre as contratações intermitentes havidas naquele período, bem como estarão sujeitas, independentemente do tempo de serviço, a realizar todas as homologações das rescisões contratuais no SEMPREVIAJAVEND.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - FORMAS DE CONTRATAÇÃO**

As empresas poderão contratar mão de obra temporária/terceirização na execução dos serviços de sua atividade fim ou atividade principal, assim como será permitida a contratação de empregados para atuar no comércio através de PJ (Pessoa Jurídica), teletrabalho ou como contrato autônomo exclusivo.

## **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DIVULGAÇÃO DA CONVENÇÃO**

As entidades representantes das categorias econômicas e profissional obrigam-se a promover ampla divulgação do inteiro teor da presente convenção, entre os integrantes da categoria.

}

**WILIAM VICENTE BERNARDES**  
**PRESIDENTE**  
**SIND. DAS EMPR.DE REPR. DOS AGENTES COMERCIAIS DISTRIBUIDORES, REPR E AGENTES COMERCIAIS AUTONOMOS**  
**DO DIST. FEDERAL**

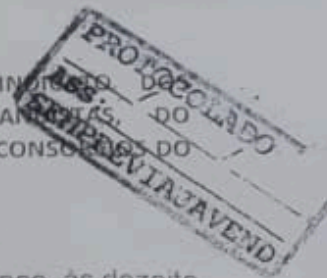
**MARIA APARECIDA ALVES LOPES**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS EMPREGADOS, VENDEDORES E VIAJANTES, PROPAGANDISTAS, DO COMERCIO, DA INDUSTRIA, DO**  
**ATACADO, DO VAREJO E DE CONSORCIOS DO D.F**

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA**

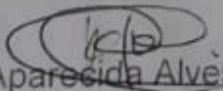
[Anexo.\(PDF\)](#)

**ANEXO II - ATA LABORAL**


ATA DE ASSEMBÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO SINDICATO  
EMPREGADOS VENDEDORES E VIAJANTES, PROPAGANDA DO  
COMÉRCIO, DA INDÚSTRIA, DO ATACADO, DO VAREJO E DE CONSÓRCIOS  
DO DISTRITO FEDERAL – SEMPREVIAJAVEND.



Aos quatro dias do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às dezoito horas, reuniram-se na CSA 01 Lote 06 Subsolo Taguatinga Sul, nesta Cidade de Brasília -DF, em primeira convocação, os associados e demais integrantes das categorias profissionais representadas por este sindicato (vendedores, praticantes e viajantes do comércio e da indústria, vendedores de consórcios e executivos de vendas, promotores de vendas, reposidores, demonstradores, contatos comerciais, relações públicas do comércio e da indústria), e, todos no segmento de vendas em Assembleia Geral Extraordinária com o fim específico de debater deliberar sobre as reivindicações, referentes negociações salariais, data-base, dando poderes a presidente deste sindicato, que poderá, inclusive delegar esses poderes, bem como outros suficientes para ajuizar dissídio coletivo, dos integrantes das categorias profissionais representadas por este sindicato bem como obter a aprovação da contribuição assistencial, referente a um dia de trabalho do funcionário, e a contribuição confederativa, referente a um dia de trabalho, que será descontado em janeiro de 2026, e será repassado até dia quinze ao sempreviajavend, podendo ser depositado na conta 1377-9, agência 0002, operação 13 da CEF. Em seguida, a Sra. Maria Aparecida, presidenta, acompanhada do secretário dos trabalhos o Sr. Humberto Martins Custódio. Após explanação da presidente, Maria Aparecida, sobre as dificuldades do momento econômico que atravessam as empresas brasileiras, mas que o sindicato se esforçará para conseguir salários e vantagens, compatíveis, em prol das categorias aqui representadas. Ao final colocada em votação os termos e objetivos desta assembleia foram todos aprovados por unanimidade. Franqueada a palavra ninguém mais quis fazer uso dela, deu-se por encerrada a presente assembleia, em primeira chamada às dezessete horas e trinta minutos(17:30hs), e em segunda chamada as dezoito horas (18hs) deste dia. Brasília-DF, 04 de julho de 2025.

  
Maria Aparecida Álvés Lopes

Presidente

  
Humberto Martins Custódio

Secretário



A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.